

Os primeiros impérios comerciais: da pré-história ao ano 1000 a.C.¹

Marlene Suano (Universidade de São Paulo)

[67] O mundo mediterrânico antigo, geográfica e historicamente falando, se estende dos Pilares de Hércules (atual Estreito de Gibraltar) até o Oriente Médio e o Crescente Fértil (os vales do Tigre e do Eufrates). As linhagens culturais, as rotas comerciais e os movimentos políticos do mundo antigo eram drenados para o Mediterrâneo do mesmo modo como os rios fluíam para o mar interior. O grande número de culturas, estados e períodos cronológicos, bem como a profunda diferença entre os documentos disponíveis, forçou sua historiografia a se constituir com base no conhecimento extremamente especializado nos tradicionalmente distintos campos da Assiriologia, Egíptologia, Hititologia, História Grega e Romana e Pré-História Europeia, todas as quais devem ser consideradas em conjunto caso se queira dar sentido aos desenvolvimentos do Mediterrâneo primitivo. O objetivo deste capítulo, pois, é apresentar não uma visão genérica e superficial de todos os povos do Mediterrâneo um a um mas, ao contrário, mostrar as ligações entre eles. Pois, quando se procura entender a história do Mediterrâneo, encontra-se o que poderia ser descrito figurativamente como curiosos nós, aos quais a fragmentada historiografia que nós praticamos não é capaz de desfazer. Lidando com estes particulares problemas, nós seremos capazes de dar sentido à sua história.

O arqueólogo britânico Stuart Piggott ironicamente notou em 1965 que a consideração tecnológica foi, nos últimos 100 anos, a principal determinante no estudo do passado remoto, dada a ênfase tradicional na ideia de idades da pedra e metal. O resultado foi uma estrutura cronológica que se provou quase impossível de escapar. Mas uma nova perspectiva foi adotada por J.G.D. Clark, que em 1952 mostrou que seria frutífero analisar o desenvolvimento humano em outros termos, olhando para questões sobre subsistência e econômicas. Tal perspectiva estava presente, mas era minoria, na arqueologia francesa do século

¹ Tradução, para fins didáticos, de SUANO, M. *First Trading Empires: from Prehistory to 1000 BC*. In: ABULAFIA, D. (ed). *The Mediterranean in History*. London: Thames and Hudson, 2003, p. 67-97.

XIX, na tentativa de classificar o homem não apenas em termos de artefato, mas também de acordo com os mamíferos que eles dependiam para sua subsistência (como uma era dos mamutes ou era das renas). Entretanto, a perspectiva tecnológica era muito forte para era modificada, continuando a ser usada não menos por causa da sua pura utilidade.

Clark herdou e foi capaz de colocar em bom uso uma longa tradição europeia de consideração do ambiente dos primeiros homens e ofereceu um novo modelo para a pré-história humana. Graças a ele, diferentes configurações ecológicas dentro da Europa, e os estágios pelos quais a economia se desenvolveu, como as transformações entre as sociedades de caçadores-coletores para comunidades agrícolas, foram claramente estabelecidas como a base para a cultura material (tomando como evidências casas e assentamentos, assim como manufaturas) e também a base para rede de trocas (incluindo viagem e transporte). Zonas diferentes têm diferentes perfis econômicos, então uma área pode se dedicar a caçar e coletar, enquanto outra tem um desenvolvimento agrícola. É também importante levar em consideração os *insights* de Clark sobre Fernand Braudel; apesar dos seus comentários sobre a pré-história mediterrânea precisarem ser modificadas na luz [68] do conhecimento atual, sua perspectiva geral tem que ser levada em conta: seu objetivo era de mostrar os sucessos e experiências mediterrâneas poderiam ser entendidas se tomadas em conta como um todo e, ainda mais, que elas deveriam ser retomadas em relação entre si, como o presente capítulo tentará fazer.

Os primeiros tempos

Na tentativa de entender a relação entre os homens e o oceano na área mediterrânea, não apenas a vegetação precisa ser considerada, mas também as atividades econômicas costeiras e marítimas, e tomadas em contraste com o conhecimento ecológico que ajuda a relatar a presença de focas caçadas, durante o período paleolítico superior, nas cavernas de Dordogon, a 200 Km da costa, e muitos outros dados arqueológicos inexplicáveis de outra maneira. Rios e costas devem ser examinados em conjunto para ser possível captar algo dos movimentos e da conquista do espaço físico pelos primeiros humanos. Rios eram, inclusive, meios naturais de transporte, um ponto claramente afirmado pelo escritor

romano Estrabão. A partir do sistema mediterrânico o acesso pode ser alcançado para o sistema europeu de grandes rios, tais como o Danúbio e o Reno, e é muito interessante notar quão profundamente na Europa foram encontrados peças egípcias e cretenses. Entretanto, embora os vales dos rios não foram sempre os principais veículos do comércio interno; como Clarck acreditava, o Danúbio exercia um papel extremamente importante na conexão do oriente e do ocidente antes que o Mediterrâneo se tornasse a principal ligação entre estas duas regiões. Este período se estende por cerca de 25000 anos, de 35000/30000 a cerca de 10000/8000 a.C.

Um período tão longo e complexo na história da humanidade não pode ser brevemente resumido, e seria incorreto assumir a ausência de mudança cultural ao longo dele todo. Mesmo assim, sítios arqueológicos em Israel revelam uma cultura da Idade da Pedra bastante similar àquela conhecida no Mediterrâneo ocidental, das cavernas calcárias da Espanha, França e norte da Itália. O crânio de Galileu e os esqueletos encontrados no Monte Carmelo são bastante similares aos dos homens e mulheres neandertais da Europa cujos ossos foram encontrados tão longe quanto ao rochedo de Gibraltar (inclusive, a primeira descoberta do que é hoje identificado como ossos neandertais ocorreu em Gibraltar, mas a “mulher de Gibraltar” não foi identificada de início pelo que ela era). O homem de neandertal era em grande medida um fenômeno da Idade do Gelo, um tipo de homínido que se adaptou bem ao duro clima da Europa durante o Paleolítico superior, mas que mostrou menos inventividade do que os humanos modernos, os quais, pacificamente ou não, acabaram por substituir os neandertais, e foram os autores das magníficas pinturas rupestres da caverna de Lascaux no sul da França, de Altamira no norte da Espanha, e de muitos outros lugares. Que a população se espalhou pela Itália, Espanha e Grécia é bastante claro, mas quais línguas se desenvolveram deste grupo e como diferentes grupos étnicos se diferiram uns dos outros é ainda um mistério. É certamente possível, como o geneticista Cavalli-Sforza tem argumentado, que a língua basca é um vestígio da língua falada em grandes áreas da Europa desde tão antes quanto o Paleolítico superior.

O Levante, entretanto, exige mais atenção, embora nesta época ainda não fosse sujeito às poderosas influências do Egito e da Mesopotâmia que iriam posteriormente moldar sua civilização na aurora da história registrada por

escrito. O Levante é visto hoje como o lugar onde plantas foram pela primeira vez cultivadas, por volta do final do XI e início do X milênio a.C. Foi aqui, junto da Anatólia, que os assentamentos concentrados, com efeito as primeiras cidades, emergiram pela primeira vez. Assim Jericó tem uma impressionante sequência de edifícios neolíticos, muros e pisos polidos, um pórtico com pilares de madeira e nenhuma cerâmica, embora, embora os 7 últimos estratos (de um total de 17) revelem implementos de cobre. Tanto os implementos de sílex quanto os de cobre achados em Jericó são úteis para a agricultura, um dado que lança dúvidas sobre a antiga concepção de que agricultura e cerâmica seriam intimamente relacionadas. Pois, de fato, a Revolução Neolítica, que é geralmente vista como um processo de domesticação de plantas e animais, levou muitos milhares de anos para se desenvolver, começando no Paleolítico e culminando, até onde os dados recentes permitem pensar, na criação de aldeias no sul da Ásia entre 10000 e 7000 a.C. A pesquisa sobre este assunto continua a produzir resultados impressionantes: os dados necessários estão claramente presentes do Zagro até o centro da Anatólia, através do Crescente Fértil e do Levante, e estão sendo identificados, especialmente no Levante e na Anatólia, onde o sítio vital de Çatal Huyuk foi reaberto e está sendo escavado por uma equipe britânica, americana e turca.

Durante o Neolítico, nossas referências ao uso do mar Mediterrâneo são escassas. Homens certamente exploraram o mar de modo a compensar as pobres colheitas durante as secas nas terras, explorando entre outros recursos a presença dos nutritivos atuns, os quais, embora difíceis de serem capturados, poderiam ser encontrados em abundância no Mar Negro bem como no próprio Mediterrâneo. Embora nenhuma embarcação seja conhecida por nós, alguns estudiosos que eles podem ter sido algo como os *papirella* (jangadas de junco ainda presentes na ilha de Corfu, uma das quais atravessou, em 1988, o trecho entre o Laurion e Melos, com cinco pessoas a bordo) ou jangadas sustentadas por bolsas de pele infladas. Jangadas de junco eram conhecidas no vale do Nilo até o século XX; e canoas, uma solução imemorial encontrada em todo o mundo, certamente está no ponto inicial de uma extremamente longa história do domínio da navegação. É interessante notar que o termo “amarrar junto” é o mais recorrente no vocabulário egípcio da fabricação de barcos; assim nossa atenção é atraída para o ambiente, para os recursos em madeira e metais bem como os implementos e a

tecnologia de amarração, especialmente rebites de metal, hastes e pregos desde que, como o eminente arqueólogo marxista Gordon Childe observou, o machado e o cinzel pariram o verdadeiro barco. Recursos terrestres e marítimos eram, portanto, quase literalmente amarrados junto pela humanidade como uma base necessária para sua mobilidade e para a conquista do espaço mediterrânico.

A idade do Bronze

Este foi um dos mais conturbados períodos da história do homem e o Mediterrâneo oriental foi seu epicentro. Entretanto, quando falamos em Idade do Bronze, devemos ter em mente que não há uma definição cronológica única. A Idade do Bronze na Europa Central foi datada entre o século XIV e VIII a.C., e isto foi refinado recentemente com o uso de métodos da física nuclear e da dendrocronologia. A cronologia da Europa mediterrânica foi estabelecida a partir da combinação de datações da Europa central e do Egeu, a qual foi depois ligada a datações estabelecidas para sítios egípcios e mesopotâmicos; esta cronologia, conhecida como “histórico-arqueológica”, situa a Idade do Bronze entre os anos 3000 e 1200 a.C. Nem todos estão contentes com as sequências cronológicas existentes, e o as técnicas do Carbono-14, da dendrocronologia, do arqueomagnetismo e da termoluminescência estão aos poucos reescrevendo a cronologia mediterrânica; contudo, atualmente são estas as correlações disponíveis para os arqueólogos trabalharem. Evidências com radiocarbono calibrado da Anatólia pode ser cruzada com culturas do sul do Egeu na Idade do Bronze, e embora mais pesquisa seja necessária, a visão atual é que as duas cronologias - a “clássica” e a “dendro-datada” - em geral concordam.

Não somente no Levante, mas também nas terras da Anatólia até a Pérsia, tiveram um importante papel no desenvolvimento da agricultura, do comércio e na criação de concentração de riquezas sem precedentes. Algumas características da combinação de riqueza e poder são encontradas na Anatólia na mesma época em que elas aparecem na Mesopotâmia e no Egito na Idade do Bronze, durante o terceiro milênio. Pois, numa época em que a Europa mediterrânica e continental estava passando por várias fases de desenvolvimento cultural neolítico, o Mediterrâneo oriental estava dando forma aos elementos que criariam a mais

impressionante e melhor balanceada estrutura de poder político na história do homem antigo. Esta nova estrutura política pode ser observada a partir de quatro pontos de referência, e pode ser esquematicamente disposta na forma de uma cruz irregular que teria como seus quatro braços a Anatólia hitita, o Egito faraônico, o Egeu minóico e as civilizações da Mesopotâmia. Tomados em conjunto, eles são em geral referidos como “impérios da Idade do Bronze”.

Estas grandes unidades territoriais operaram na base de uma autoridade central (o Grande Rei, o Faraó) que delegavam poderes regionais a reis menores ou príncipes. Tal estrutura significava que um a maior parte do território era dividido entre pequenos reinos com dinastias locais sujeitas a um nível mais alto de autoridade imperial, aquela do Palácio, que assumia a responsabilidade sobre os aspectos da vida econômica e política em comum. Embora tenham existido diferenças entre estas unidades, que estavam longe de serem irrelevantes, as similaridades permitiam um sistema bastante harmonizado. No Oriente, a civilização suméria experimentava um período de grande riqueza, e sua indústria metalífera produzia bronze (instrumentos, armas, ornamentos e vasos, contendo de 5 a 10% de estanho). Comunidades mesopotâmicas posteriores, governadas pelos impérios acadianos, babilônicos e assírios, dependiam do comércio de longa distância tanto para a importação de matérias-primas (especialmente metais) e exportação de produtos manufaturados (tecidos, implementos de bronze e vários tipos de artesanato que alcançavam o Egito, a Síria, a Anatólia, o Egeu e mesmo a Europa central). Isto também servia como uma ligação para o Egito, amplamente dependente do comércio mesopotâmico e com laços íntimos com senhorios sírios que ficavam entre as terras governadas diretamente pelos faraós e os impérios mesopotâmicos. Ao norte, hititas, senhores da Anatólia, do norte da Síria às margens do mar Negro, tiveram um papel significativo na história da Idade do Bronze, e particularmente na sua crise final, um papel que apenas recentemente foi descoberto. A oeste ficava o Egeu, guardado por Tróia, o último bastião da Anatólia, fixado bem na fronteira com o mundo do Egeu. Sua história, tão importante para o desenvolvimento da cultura ocidental, estava firmemente entrelaçada com a história do resto do Mediterrâneo oriental. A arqueologia transformou Tróia de uma lenda para uma cidade em nove níveis, uma cidade-fortificação supervisionando a entrada para o estreito de Dardanelos

(e portanto para o mar Negro e o Danúbio, as principais entradas para o coração da Europa).

[72] No meio destas unidades regionais de poder centralizado, as quais sabemos que mantinham relações umas com as outras como iguais, ficava o Levante, com importantes principados como Ugarit na costa da Síria, e Chipre, que sofreu uma série de tentativas de anexação tanto do Egito quanto dos hititas, sem falar da forte presença do poder econômico egeu em e ao redor de Chipre e do Levante. Estas unidades menores de poder, por sua vez, também se relacionavam entre si como iguais, produzindo um conjunto bastante formal de convenções para o adequado relacionamento entre um Grande Rei e um Grande Rei Irmão, entre um Pequeno Rei e um Grande Rei, e entre um Pequeno Rei e um Pequeno Rei irmão. Um exemplo bem conhecido destes laços entre reis menores para um período pouco posterior é o relacionamento entre Salomão, rei dos israelitas, e Hiram, rei de Tiro, como registrado livro bíblico dos Reis.

A civilização hitita foi a última grande adição ao conhecimento do Mediterrâneo oriental. Nunca mencionada nos textos gregos, sua existência desapareceu da história da humanidade até o século XIX, quando a descoberta das Cartas de Amarna revelaram um poderoso reino na Anatólia no II milênio a.C. As escavações alemãs em Bogazkoy em 1906 revelaram os arquivos de Hattusa, a capital do Hatti. Além dos tabletas escritos em acadiano, a linguagem diplomática do período, a maioria dos outros estava escrita na língua indoeuropéia hoje conhecida como hitita. Desde então, nosso conhecimento sobre os hititas e o Império do Hatti cresceu consideravelmente: 26 templos foram escavados em Hattusa e mais de 3000 selos impressos foram encontrados durante as escavações recentes. O trabalho arqueológico ao longo da Anatólia produziu massas de dados e expôs o balanço de poderes imperiais no Mediterrâneo oriental da Idade do Bronze.

Além da estrutura econômica baseada em palácios, uma das principais características comuns destas sociedades, nós podemos ver o quão profundo era seu contato social quando consideramos os temas recorrentes dos mitos de fundação. Estes ligam o Hatti (os 31 filhos da rainha de Carquemish foram colocados no rio dentro de um cesto de juncos), o Egito e os israelitas [73] (na história de Moisés e os juncos) e a Mesopotâmia (com lendas similares da infância do rei Sargão II), e estes temas seriam posteriormente vistos em formas variadas

também na Pérsia (Ciro) e mesmo em Roma (Rômulo e Remo): a criança abandonada, a gentileza maternal da natureza (as águas, os animais selvagens dóceis), a criação ignorante acerca de sua verdadeira origem e o grande destino final de criar uma nação para seus companheiros. Elas não são simples coincidência ou mera cópia. Consciência deste profundo relacionamento também estava presente no mito de Europa, uma princesa fenícia raptada por Zeus, que apareceu como um touro branco e a carregou para Creta, onde ela foi mãe de Minos, o grande rei egeu e senhor supremo dos mares. De acordo com a versão mais difundida deste mito, sua mãe e seus irmãos (entre os quais estava Cadmo, que fundaria a beócia Tebas) saíram à sua procura, em vão. Nenhum deles retornou ao Levante, escolhendo permanecer no Ocidente. A pesquisa recente sugere que a direção deve ter sido a oposta: Europa pode ter sido um nome do norte da Grécia e a heroína teria sido investida com atributos orientais, incluindo uma origem fenícia, devido à confusão com o nome de seu pai, Fênix, em uma data muito posterior. Não obstante estas contradições, o mito de Europa oferece valiosas pistas a respeito da profunda marca deixada pela consciência de que Creta foi um importante berço cultural, com um papel particular de unir Ocidente e Oriente.

O sistema econômico da Idade do Bronze

O período que mais nos interessa aqui é a formação dos primeiros impérios mercantis, em particular as redes micênicas e fenícias, na medida em que eles foram os primeiros a dominar o Mediterrâneo e assim tiveram um papel crítico na formação de seu perfil cultural. Certamente, a navegação no Mediterrâneo começou muito antes da Idade do Bronze. Lascas de obsidiana da ilha de Melos encontrados na Grécia continental e no sul da Argólida são as evidências mais antigas para demonstrar o grau de habilidade de navegação no Mediterrâneo tão longe quanto no Paleolítico, cerca de 7000 a.C. De todo modo, a navegação antiga dependeu muito do ambiente. Ventos do inverno e do final do verão, como os ventos etésios no Egeu, permitiam uma navegação segura na travessia Egito-Creta em somente cinco dias, um ponto esclarecido por ninguém mais que Odisseu no livro XIV da *Odisséia*. Sem dúvida a cabotagem costeira e a forma

preferida da navegação nos tempos mais remotos, seja por causa de necessidades técnicas ou por causa da constante necessidade de água fresca para aqueles a bordo. Assentamentos costeiros e portos eram, pois, peças chave na formatação das rotas marítimas. Os vestígios de assentamentos e portos neolíticos e da Idade do Bronze, combinados a outros achados de cultura material e aos estudos de distâncias e ventos indicam uma rota setentrional da Ática para a Anatólia via Kea, Tinos, Mikonos, Ikaria e Samos; uma rota central da Argólida para a Anatólia via Cíclades; uma rota meridional via Creta, pulando de uma ilha a outra até Rodes e a Anatólia. Quanto às distâncias maiores, acredita-se que a rota circular mais frequente no Mediterrâneo antigo fosse da direita para a esquerda: do Egeu para Creta e então para o Egito, Levante, Chipre, costa da Anatólia, Cíclades, Creta e de volta para o Egeu. Existiram, certamente, outras rotas regionais (Egeu/Itália, Creta/Egito, Egito/Chipre, Chipre/Levante) e alternativas, tais como Egito/Creta via costa da Líbia. Os vestígios de docas de pedra e dados de arqueologia costeira indicam a presença de atividade marítima ao longo de todo o Egeu desde a Idade do Bronze Inicial e o uso das ilhas como [74] pontes através de distâncias maiores. Tal prática sem dúvida permitiu a existência de pequenas redes de comércio regional ou local, assim como fomentou o comércio de longa distância.

Embora nenhuma evidência física de navios egeus tenha sido encontrada até agora, existem muitas representações gráficas deles. A mais antiga, até agora, parecem ser os longos navios de chumbo, de Naxos, datados do III milênio a.C., embora alguns sugiram que não se tratam propriamente de navios, mas canoas. O mesmo formato aparece nas chamadas “frigideiras” de terracota (objetos de função desconhecida) encontradas da Grécia continental à Anatólia e muito numerosas nas Cíclades. Existem muitas outras representações de navios longos e sua evolução técnica, assim como dos barcos de dois andares, identificáveis a partir de imagens em selos e cerâmica minóicos. Até agora, não existe evidência para navios de guerra minóicos. O fragmento do Heládico Médio de um [75] pythos de Egina, com a única representação existente de navegadores armados, e os afrescos em miniatura de Tera sugerem, pelas lanças carregadas pelos homens, que eles não eram guerreiros do mar mas invasores prontos para batalhas costeiras. Os afrescos de Tera ainda contém nove tipos diferentes de barcos apenas no friso norte, e tal variedade levou alguns estudiosos a pensar que a cena

se refere a uma procissão religiosa. Além do fato comum de que povos navegadores atribuem significado cultural para sua interrelação com o mar e suas forças, que estes barcos eram dispositivos marítimos confiáveis é confirmado por um texto encontrado em Mari que se refere a um caphtorita (i.e., cretense) recebendo um carregamento de estanho no porto de Ugarit por volta do final do século XVIII a.C.

De qualquer modo, os dados da navegação e marinharia da Idade do Bronze é vasta e foi brilhantemente disposta em conjunto por Wachsmann, que estudou a tecnologia de construção e as técnicas de navegação bem como as rotas e guerras marítimas do período. A variedade de soluções apresentada para os problemas da construção de navios apenas demonstra a autonomia individual do desenvolvimento cultural de vários povos mediterrânicos do período. Os dados disponíveis, incluindo as fontes escritas posteriores, foram estudadas a partir da perspectiva de uma suposta talassocracia ou império marítimo minóico. Tal conceito tem sido comum por cerca de 2500 anos, a partir dos comentários de Tucídides acerca do rei Minos e seu império; mas nós também conhecemos não menos de 16 outras talassocracias (ródia, lídia, cipriota, fenícia etc) listadas nas Crônicas de Eusébio, onde ele descreve, com base em fontes muito mais antigas, o exercício de controle político e militar sobre segmentos do Mediterrâneo durante a Idade do Bronze Tardia e a Idade do Ferro. Entretanto, o conceito de talassocracia foi recentemente reconsiderado, em parte com bases arqueológicas, como veremos a seguir, e parcialmente com base na ideia de que o poder político controlando o mar para o comércio é muito intimamente modelado na Atenas clássica. Isto, mais do que qualquer consciência profunda de Tucídides acerca dos desenvolvimentos na região do Egeu mil anos antes de sua época, pode ser o modelo do que ele na verdade diz: “Minos fez a si mesmo senhor dos mares gregos e subjuguou as Cíclades, expulsando os cários e estabelecendo seus filhos no controle de novos assentamentos no seu lugar; e, naturalmente, para o transporte seguro de suas rendas, ele fez tudo o que pode para suprimir a pirataria”.

Existem, inclusive, muitos traços “minóicos” nestas ilhas (arquitetura, cerâmica, hábito funerário, religião) e as fortificações em várias delas (Melos, Ceos, Egina) [76] levou alguns estudiosos a ver as Cíclades como um cordão de segurança que protegia uma Creta sem fortificações. Entretanto, na medida em que nós não temos como dizer quem realmente governada estas ilhas, elas podem

ser igualmente bastiões minóicos ou, pelo contrário, como suas fortificações indicam, serem locais independentes de Creta. Nós devemos, portanto, nos afastarmos da visão tradicional de uma “colonização” minóica dos mares ao redor de Creta, e adotar uma abordagem que enfatiza as funções econômicas e sociais do comércio.

Comércio de longa distância

Os minóicos comerciavam com as ilhas vizinhas desde o período Neolítico, e com Lípari, Sicília, Egito e Levante desde a Idade do Bronze Antigo. Portos e assentamentos costeiros que foram a base para a difundida noção de “colônias” começaram a ser reconsideradas à luz de teorias acerca da natureza do comércio, com foco não mais nos resultados materiais do contato mas em seu significado, que pode ser visto na necessidade de bens de prestígio entre elites emergentes e, com certeza, periféricas. Assim, a presença de minóicos é detectada tão longe quanto a Transilvânia e o Danúbio. Sua presença na Itália, do Bronze Antigo ao Médio, é conhecida nas ilhas Eólias (na chamada cultura Capo Graziano), Sicília (a cultura Castelluccio) e na Sardenha, mas é bastante escassa em outras regiões.

A transição da cultura minóica para a micênica merece uma atenção mais detida, na medida em que dados arqueológicos recentes indicam que ambas as culturas não eram mutuamente antagônicas em todas as épocas, embora por volta de 1450 a.C. a micênica se tornou dominante. Os *caftor* dos tabletes de Mari e da Bíblia, os *keftiu* e *kefti* dos egípcios, entabularam contatos com os hititas da Anatólia central, Egito, Mitani e os reinos mesopotâmicos. Os grandes palácios de Cnossos e Malia em Creta, e de Pilos no continente, não deixam dúvida acerca do extenso poder e riqueza do estado minóico. Acredita-se que a erupção do vulcão Thera em 1470 a.C. em grande medida contribuiu para o desmantelamento do poder minóico, quando habitantes não somente da Grécia continental como também da Anatólia ocidental tomaram a enfraquecida ilha. Como eles fizeram isso, entretanto, permanece uma questão aberta. A presença de uma nova forma de escrita, conhecida como Linear B, do século XV em diante, impeliram alguns estudiosos a pensar que os continentais inclusive tomaram a área que passou a ser referida, a partir de então, como Minóico-Micênica e, logo

depois, Micênica; a linguagem dos tabletes em Linear B de Cnossos, assim como do continente, era uma forma arcaica de grego, enquanto aquela da similar mas apenas parcialmente decifrada escrita precedente (o Linear A) pode ter sido relacionada às línguas faladas na Ásia Menor, em particular o luvíta. Entretanto, estudos recentes mostram similaridades do Linear A com línguas semíticas antigas, com muitas palavras sendo praticamente as mesmas. Tudo isso, entretanto, permanece bastante controverso, e a documentação epigráfica inclui uma inscrição, o famoso Disco de Festo, que é inscrito com uma misteriosa escrita que não é encontrada em nenhum outro lugar. Seria certamente um erro supor que todos os cretenses partilhassem uma mesma língua e origem étnica; por exemplo, a Bíblia registra os *caftor* como o lugar de origem dos filisteus, e depois existiram outros grupos na ilha, como os falantes da língua eteocretense e, de acordo com a Odisséia de Homero, os “pelásgicos”, cuja cultura e possíveis origens diferem daquelas dos outros cretenses. Entretanto, o movimento oposto pode também ter sido verdadeiro, a julgar pelas impressionantes similaridades entre o palácio de Mari na Idade do Bronze, no norte da Mesopotâmia, e os palácios cretenses da Idade do Bronze.

[77, 78] Tomando os portos, rotas de comércio, “colônias” clientes dos micênicos, os micênicos aumentaram ainda mais o território com o qual mantinham contato. As naturezas de seu contato no Mediterrâneo oriental e ocidental eram bastante diferentes, sem dúvida devido ao fato de que os parceiros encontrados em cada lado eram fundamentalmente diferentes. De um lado, nas terras orientais, nós temos vestígios inclusive escritos de sociedades altamente organizadas apresentando traços similares, como foi visto acima. Do outro lado, populações italianas, sicelotas e sardenhas tinha uma estrutura social completamente diferentes, e as relações que eles criaram com os micênicos obrigatoriamente eram bastante diferentes. Com estudos que vão além de simples tipologias é possível ver como as duas estruturas sociais diferentes usavam o mesmo tipo de cultura material estabelecida no topo de um sistema econômico diferente, como, por exemplo, os sistemas de estocagem familiar presente nos assentamentos micênicos na Itália, o que não era uma prática micênica.

Os micênicos abordaram a Itália fazendo uso de um ambiente que eles conheciam muito bem: as ilhas e os arquipélagos da costa tirrênic, do norte da Sicília (as ilhas eólicas: Lipari, Filicudi, Panarea, Salina) ao golfo de Nápoles

(Vivara, Isquia). Sua presença na Itália é datada do final do século XV até o século XII a.C., e se concentrava em 60 sítios, um quarto dos quais no golfo de Tarento e na costa sul do Adriático. É curioso observar que embora a maior parte dos estudiosos veja a busca de metais como a razão para este contato, a zona italiana metalúrgica por excelência, a região tirrênica central, fornece evidência para apenas 3 assentamentos, de Luni sul Mignone, San Giovenale e Monte Rovello; e nem minas sardenhas nem calábrias parecem ter sido exploradas antes da Idade do Bronze Tardio da Itália, entre os séculos XI e X a.C. Além de datar estas evidências, a discussão centrou-se no caráter dos assentamentos micênicos, e a maior parte dos estudiosos concorda que eles eram mais permanentes do que temporários. Restam dois pontos, porém, em relação a sua distância das zonas metalíferas e, em consequência, o significado de sua chegada à Itália.

A sugestão de que as elites indígenas encorajaram este contato com objetivo de obter bens de prestígio é bastante difundida entre arqueólogos de orientação antropológica, tais como Knapp, Marazzi e Sestieri. Entretanto, considerando a baixa porcentagem de bens de prestígio de proveniência micênica e a grande quantidade de vasos feitos localmente a partir de estilo micênico, uma característica vista normalmente como evidência de residência permanente, eu sugeriria que o intercâmbio pode também ter tomado a forma de aprendizado de algumas das técnicas micênicas, tais como a fabricação de metal, por exemplo, em troca do uso de portos, de modo a monitorar o comércio de diversos artigos que passavam ao longo desta rota (estanho e cobre, âmbar, sal, couros, madeira etc), uma situação já detectada na costa da Síria durante a Idade do Bronze Tardia e também sugerida pelo naufrágio do Cabo Gelidonya, o qual carregava a bordo utensílios de metal, sucatas de metal e equipamentos de fundição os quais estavam sendo usados no momento que o navio afundou. Esta possibilidade deve ser associada à troca de outros bens, tais como óleo, vinhos e perfumes. De qualquer maneira, a cronologia destes quase 300 anos precisa ser muito refinada de modo a contribuir para a compreensão dos processos de ocupação dos espaços envolvidos. Como por vezes ocorre, nós só sabemos que a presença micênica começa na Sardenha depois de outras regiões na Itália e que há um crescimento do contato da metade do século XIII até o século XI a.C. A ideia de uma base terrestre, tão importante para o comércio de longa distância, deveria, novamente, ser examinada [79] à luz das rotas de comércio para a qual podem ter servido;

também é importante considerar que as paradas insulares no Mediterrâneo não eram somente portos a serem usados quando a ocasião exigia, mas sim verdadeiros parceiros comerciais envolvidos nessa rede de comércio. Entre aqueles que adotaram abordagens teóricas para a pré-história do Mediterrâneo tem havido mudanças significativas de pensamento: os antigos modelos econômicos para o estudo do comércio foram sobrepujados por uma ênfase na coexistência de atividades de troca de presentes e comércio controlado por palácios por oposição ao comércio visando o lucro, a noção de relacionamento entre centro(s) e periferia, bem como ideias de troca desigual, “comunidades-portas” empoleiradas nos extremos de outras culturas e comunidades diaspóricas, conceitos tais que se provarão vitais para nossa explicação final, e que têm sido aplicados por arqueólogos eminentes tais como Colin Renfrew, que utiliza as abordagens de Immanuel Wallerstein em seu estudo sobre as relações entre centro e periferia na primeira modernidade.

[80]

As ilhas

O papel das ilhas do Mediterrâneo parece ser bastante diferente no cenário geral da Idade do Bronze. Aqui nós vamos nos concentrar nas ilhas do Mediterrâneo ocidental, embora seja importante ter em mente que ao longo deste período a Sardenha abrigou uma civilização extraordinária, a cultura nurágica, que deixou evidências, na forma de seus castelos ou *nuraghi* e suas aldeias circundantes, de uma sociedade militarizada e fragmentada, embora fosse provavelmente uma civilização rica; deixou registro de suas conquistas na fabricação de metais em suas figurinhas de bronze que sobreviveram ao período nurágico, produzidas do século XV ao VI a.C. Entretanto, embora a Sardenha e a Sicília tenham sido paradas óbvias na rota do Mediterrâneo ocidental, Creta funcionava como um dos pontos nodais, um tipo de portal no Mediterrâneo ligando Oriente e Ocidente. Suas características como centro e não como periferia são indicadas pela própria estrutura de seus palácios, pela natureza de sua cultura material e seu papel no funcionamento geral da rede do sistema da Idade do Bronze, como seu pólo ocidental.

As Cíclades e Rodes eram claramente pontes entre Creta e a Anatólia. Uma das características interessantes das Cíclades neste período e sua intensa atividade econômica (agricultura, metalurgia, mineração de prata, comércio) que combinava assentamentos rurais e urbanos. A cidade de Acrotiri em Tera, um importante porto egeu, é frequentemente chamada de “Pompeia do antigo Egeu”, graça à sua sobrevivência intacta abaixo de 30 metros de escombros de uma grande erupção vulcânica por volta de 1400 a.C.; há evidência de uma impressionante estrutura urbana, com edifícios de múltiplos andares, uma característica que o Egeu só veria novamente, de modo tão consistente, cerca de mil anos mais tarde, na ilha de Delos no período helenístico. Chipre, entretanto, era de uma natureza bastante diferente. Muito próxima do poder do Egito (a 400 km do Delta) e do Hatti (a 70 km da costa da Anatólia) e somente a 95 km do Levante, Chipre era um canal ligando mundos diferentes durante a Idade do Bronze Médio e Tardio. Ela aparece como “*Alashiya*” em documentos cuneiformes e hieróglifos do Egito. Os nomes próprios **[81]** dos habitantes de Chipre que são conhecidos por nós demonstra múltiplas ligações com o Levante, embora sua população tivesse uma composição multiétnica: egípcios, semitas, hititas, hurritas etc. O papel de Chipre no sistema de comércio regional do Mediterrâneo dependia fortemente não somente de sua localização geográfica, mas também de suas ricas minas de cobre. Embora neutra durante o conflito Hatti-Egito pela conquista do Levante durante os séculos XIV e XIII a.C., ela de fato conseguiu evitar o domínio hitita, bem como as tentativas de egípcios e outros, tais como os governantes de Ugarit, de afirmar soberania sobre a ilha.

Acerca de Rodes e das ilhas do Dodecaneso (“Doze ilhas”), uma pesquisa arqueológica mais completa ainda é necessária, ainda que do noroeste da ilha já tenhamos dados impressionantes. O assentamento de Trianda, datada da Idade do Bronze Médio, apresenta muitos elementos culturais troianos, e a cidade na Idade do Bronze Tardia se estendia por 30 acres, mais do que a metade do tamanho de Acrotiri em Tera na mesma época. Trianda era um porto muito importante, não somente para a rota entre a Anatólia e Creta, mas também para o comércio oriental. As 125 câmaras em estilo micênico encontradas próximas de Ialysos fornece aos estudiosos uma rica quantidade de dados atribuídos aos anos 1400-1300 a.C. A riqueza do material é tal que alguns estudiosos, vendo ali um dos principais centros micênicos nas ilhas, associam Trianda à *Terra dos*

Ahhiyawa, mencionada consistentemente nos textos cuneiformes hititas dos séculos XV-XIII a.C., um lugar ao qual agora é necessário se voltar.

A “Terra dos Ahhiyawa”

Por cerca de 70 anos estudiosos debateram a ideia de que a “Terra dos Ahhiyawa” dos textos hititas deveria ser identificada à Acaia, a terra dos Aqueus, ou, em outras palavras, os primeiros gregos. Em muitos textos hititas que tratam da Anatólia ocidental, existem referências a pessoas partindo pelo mar para Ahhiyawa, um problemático reino não submetido ao Hatti e responsável, até onde os documentos escritos afirmam, por fomentar rebeliões entre os territórios vassalos ao Hatti na Anatólia ocidental, como veremos em breve. Os reis do Hatti e os de Ahhiyawa eram ambos “Grandes Reis”, chamando um ao outro de “Meu Irmão”; e, a partir do fato de que o único outro reino fora da Anatólia ocidental para o qual há evidência é Micenas, a identificação com os primeiros gregos de início pareceu promissora. Entretanto, também é possível situar Ahhiyawa na Tróade, no noroeste da Anatólia, equacionando a “Wilusa” dos textos hititas a Ílion, nome alternativo de Tróia, que nos tempos pré-clássico deve ter sido pronunciado como *Wilios*. Esta sugestão - que associa Ahhiyawa a Tróia - não recebeu muito apoio por causa da referência consistente, nos textos hititas, de pessoas deixando Millawatha (Mileto) por mar no caminho de Ahhiyawa. De fato, estudos linguísticos apontam para a possibilidade de que dentro da palavra Ahhiyawa existe o termo *Akw-a* (água), com *Ahhiya(k)wa* significando ilhas ou região de ilhas. Portanto, a Ahhiyawa hitita muito provavelmente significou tanto o Egeu quanto Micenas. Sem diminuir o mérito desta discussão, eu acredito que vale a pena sugerir que o simples “fugiram para o mar” (ou por barco) de Millawatha/Mileto não é, em si mesmo, um argumento consistente para localizar Ahhiyawa fora da Anatólia. Não importa quando estas fugas aconteciam, os perseguidos estavam fugindo dos exércitos hititas, os quais estavam, evidentemente, ocupando as estradas ao longo da costa. Embora não tenhamos referências a exércitos hititas sendo transportados por navios, uma carta do rei de Ugarit para o rei de Alashiya, datada do final do século XIII a.C., nos informa que a frota de Ugarit, bem como sua infantaria e cavalaria, está longe da costa de

Lukka e certamente **[82]** à disposição dos hititas - sua infantaria muito provavelmente na maior parte das vezes se movia no continente, e uso do mar como uma rota de fuga destes exércitos parece fazer sentido.

A Wilusa hitita, entretanto, carrega toda a questão de Tróia e da Guerra de Tróia. Numerosos estudos, alguns sérios, outros apenas baseados em palpites, tentaram encontrar a guerra de Tróia “real” e histórica, por trás da *Iliada* de Homero. O arqueólogo americano Carl Blegen dividiu o monte Hissarlik no noroeste da Anatólia em 9 níveis, identificou Tróia VIIa como a cidade lendária. A discussão sobre o tema cresceu desde então. A questão central é esta: se os aqueus/ahhiyawas estão presentes nos registros hititas, onde nos registros está a guerra de Tróia? Considerando seriamente todos os dados e estudos, o livro de Michael Wood *Em busca da Guerra de Tróia* tentou responder esta questão. Um dos principais documentos a nossa disposição são os chamados *Anais de Tudhaliyas*, datados de por volta de 1440-1404 a.C. Neste documento, o Grande Rei do Hatti, que conquistou *Arzawa*, no oeste da Anatólia, lista 22 estados associados com *Assuwa* contra o Hatti. Acredita-se que estes nomes foram listados do sul para o norte, começando com *Lukka* (Lícia), ao longo da *Terra do Rio Seha*, até os dois últimos nomes mencionados: *Wilusa* e *Taruisa*. Embora a associação fonética de *Wiluyisa* e *Wilios-Ilios* e *Taruisa-Truisa-Troja-Troia* pareça possível, alguns poucos estudiosos permanecem reticentes.

Entretanto, na medida em que Homero utiliza os dois nomes, Tróia (normalmente entendida como a cidade) e Ílion (como o território), parece consistente pensar que, durante os séculos XIV-XIII a.C., os vestígios que nós conhecemos como Tróia, no sítio de Hissarlik, estava sob o controle do Império Hitita, ao ponto de que Wilusa assinou um tratado com o Hatti durante o **[83]** tempo de Muwatallis (1296-1272 a.C.), e alguns detalhes deste tratado merecem atenção. Para começar, o Rei de Wilusa mencionado neste tratado é *Alaksandus*, nome bastante raro na Anatólia e que remete manifestadamente ao príncipe Alexandre de Tróia da *Iliada*, mais conhecido como Paris. Outra evidência pode ser aduzida a esta, a saber, os deuses de Wilusa e do Hatti que são invocados como testemunhas no final do tratado: *Apaliunas* é muito provavelmente uma forma arcaica de Apolo (o cipriota *Apeilon*, o dórico *Apellon*), o protetor homérico de Tróia. Como Wood afirma, *Achaiwoi/Akkaiwoi/Ahhiywa*, *Alaksandus/Alexandros*, *Taruisa/Troia*, *Wilusa/Wilios/Ilios* podem todas ser

consideradas pelos cautelosos como meras semelhanças, “mas quatro semelhanças é acreditar demais em coincidência”.

No que se refere à cronologia dos eventos, Heródoto situa a guerra de Tróia na metade do século XIII a.C., enquanto que o ano de 1184 a.C. é amplamente citado, com base nas fontes clássicas, como a data para a queda de Tróia. A Tróia VIIa de Blegen, considerada pela maioria como a Tróia Homérica, é datada de 1250 a.C., enquanto que as referências para o que pode ser Tróia nos textos hititas apontam para a Tróia VI de Blegen como a provável cidade-fortaleza da lenda. Nós devemos estar cientes de que provavelmente, nunca houve uma Tróia do tipo da descrita na *Iliada* de Homero. Muitos estudiosos parecem concordar que a chamada sociedade homérica descrita em seus poemas carrega elementos de três períodos distintos: a Idade do Bronze micênica, a Idade Obscura da Grécia e a Primeira Idade do Ferro. O épico da Guerra de Tróia teria levado séculos para ser compilado no que foi chamado de “gradual acumulação de tradições”, muitas das quais foram inspiradas por uma variedade de incidentes históricos, nenhum dos quais é exatamente descrito. Ainda assim, considerando que a arqueologia do oeste da Anatólia está ainda em sua infância, deve ainda aparecer novas evidências para resolver a identificação de Tróia nas fontes hititas. No momento, o que importa é a evidência clara de que existiram sérias disputas entre Ahhiyawas/Aqueus e Hititas sobre a área ocidental da Anatólia. Inclusive, o tratado de Alaksandus não evitou que os hititas atacassem Wilusa logo depois de assiná-lo, como é dolorosamente visível na chamada Carta de Manapa-Tarhunta e na Carta de Tawagalawa, ambas datadas de meados do século XIII a.C.

A Carta de Tawagalawa é particularmente interessante, na medida em que ela menciona um acordo de paz relacionado a uma disputa prévia sobre Wilusa entre o Hatti e Ahhiyawa. A Carta de Tawagalawa é usada hoje como principal documento que atesta a expansão e pressão ahhiyawa-micênica na Ásia ocidental, na medida em que o irmão do Grande Rei de Ahhiyawa, Tawagalawa (ou Tawakalawa, que para alguns equivale a Eteowokelewes - Eteocles), incitava a rebelião entre os vassalos hititas do oeste da Anatólia, ao colaborar com o renegado hitita Piyramandu. Hattusili III é aparentemente o rei hitita que escreveu esta carta a um rei de Ahhiyawa não nomeado, pedindo a ele que enviasse de volta Piyramandu, pois ele fugira com Tawagalawa de Millawatha-Mileto para Ahhiyawa. O que é certo é o estado de beligerância quase

permanente no oeste da Anatólia, a partir de cerca de 1450-1430 a.C., a data do chamado Indiciamento de Madduwatta. Este tablete hitita afirma que Madduwatta, um rei menor no oeste da Anatólia, foi expulso de seu país por Attarissiyas, “o homem de Ahhiyawa”. Além de ser a mais antiga referência a Ahhiyawa, nós precisamos considerar este conflito de longa-duração pelo poder quando tentamos compreender o colapso do sistema da Idade do Bronze. Nós podemos inclusive parar e contemplar a impressionante semelhança entre o nome Attarissiyas e o nome do pai de Agamemnon, Atreu. Este estado de coisas não passou despercebido nem mesmo no Egito, onde houve referência a que “as ilhas do Grande Verde estavam agitadas”. [84] De fato, as fontes egípcias abrem um dos mais excepcionais enigmas acerca das civilizações do Mediterrâneo oriental neste período, o problema dos “Povos do Mar”.

A crise da Idade do Bronze e os Povos do Mar

A vida no Mediterrâneo oriental se caracterizava durante a Idade do Bronze Inicial e Média pela quase permanente pressão da guerra endêmica. Terras, recursos e pessoas eram capturadas em uma situação sempre em movimento de violência e conquista. De guerras menores a vizinhos mais fracos ou vassalos insubordinados àquelas entre os poderosos reinos (Egito vs. Hatti, Hatti vs. Mitanni, Egito vs. Mitanni, Hatti vs. Babilônia) nenhum país estava tranquilo. Um grau de equilíbrio, embora precário, de fato emergiu, e permitiu a criação destes extraordinários reinos que ainda hoje incitam espanto e admiração por suas conquistas. Este equilíbrio era mantido por uma séria e profissional rede diplomática, usando o acadiano como língua franca, que ligava estes países e produziu a maior parte dos documentos escritos disponíveis hoje para a pesquisa. E então, (na visão tradicional, repentinamente) todo este mundo entrou em colapso no século XII a.C., levando a Idade do Bronze do Mediterrâneo oriental ao fim: isto é o que aprendemos, e ensinamos, por volta dos últimos cem anos, graças aos mais prestigiosos estudiosos da passagem do século XIX para o XX, tais como Rougé, Maspero, Petrie e Macalister.

A estes estudiosos nós devemos as primeiras explicações da turbulência que abalou o Mediterrâneo oriental durante uma crise na história do homem de

tal magnitude que já foi comparada à queda do Império Romano. Seus raciocínios foram construídos a partir de um misto de registros escritos (especialmente hititas e egípcios), tradições lendárias gregas (com foco especial para os épicos homéricos) e material iconográfico (principalmente egípcio). A partir de então, estudiosos escolheram lados, entusiasticamente defendendo uma ou outra “causa” para um fim tão abrupto de um período na História. Muitas possibilidades foram sugeridas, estudadas e debatidas em muitos fóruns de pesquisa acadêmica: cataclismas, safras fracassadas, seca, fome e migração em massa. Uma perspectiva importante concerne os Povos do Mar e seu impressionante poder destrutivo, com sua conseqüente responsabilidade pelo fim da alta civilização da Idade do Bronze na região. Tão logo novos documentos vieram à tona, eles eram imediatamente inseridos nas teorias estabelecidas ou usados na construção de novas. Entretanto, diferentes traduções, interpretações e datações, todas entrelaçadas juntas, tornaram este período e um perigoso campo minado acadêmico.

Os registros escritos, a maior parte em hieróglifos egípcios e em hitita, mas também em Linear B e acadiano, sem falar na Bíblia, levantaram a questão crucial da datação, e a igualmente difícil questão dos nomes que diferentes países usam para indicar os outros países em línguas diferentes. Algumas destas atribuições, após longas discussões, são agora aceitos como seguros, tais como Keftiu/Kaftor/Kaphtor (Creta), Katti/Kitti/Ketta (Hatti ou Khatti), Peleset (filisteus), Lukki/Lukka (Lícia), Millawatha/Millawantha (Mileto), Alasiya/Alashiya (Chipre ou, ao menos, sua principal cidade), enquanto outros são ainda bastante contestados, tais como Ahhiyawa/Akkaywoi (Aqueus), ou pesadamente debatidos, como Danuna/Danaans (Dânaos), Teresh/Tursha/Tyrsenoi/Tyrrheneans (Tirrenos/Etruscos), Taruisa/Truisa (Tróia), Shekelesh/Shekels/Siculi (Sicilianos), Sherden/Shardana (Sardenhos), para mencionando apenas alguns. Este não é o lugar para examinarmos a substancial historiografia sobre os Povos do Mar desde que Rougé começou a usar o termo em [85] 1867, nem retraçarmos a discussão sobre cada um destes Povos do Mar, sua origem e seu destino final. Basta mencionar que a conexão entre os *Sherden* e a Sardenha, os *Shekels* aos sículos da Sicília e os *Teresh* aos etruscos recua até o início da pesquisa sobre o tema, e ainda não há conclusão para o debate. Semelhanças nas descrições de ataques marítimos nos poemas

homéricos e nas fontes egípcias foram explicadas como coincidência ou como evidência direta da natureza destes ataques. Novas evidências podem ser esperadas dos testes de DNA, da linguística e de outros instrumentos de pesquisa mais novos. No momento, entretanto, ainda estamos limitados a fazer o melhor que podemos com os documentos conhecidos e os novos dados arqueológicos que crescem ano após ano, especialmente vindos de pesquisas em Israel, Síria e Turquia.

Entretanto, existem alguns problemas a serem esclarecidos de início, o primeiro sendo a própria definição de “Povos do Mar” e sua chegada a partir de “ilhas” no Grande Verde. Alguns autores apontam a impropriedade destes termos, tentando ver no “Grande Verde” não como um mar, mas como as terras pantanosas na próxima Punt, ou sugerindo que “ilhas” foi uma má tradução, desde que os egípcios, não tendo ilhas, também não teriam palavras para elas. Mas estas objeções podem ser dispensadas com segurança. “Grande Verde” significava o Mediterrâneo e os egípcios certamente ouviram falar de ilhas (em particular Keftiu/Crete). No presente, a mais antiga referência escrita que nós temos para estes guerreiros do mar - como mercenários com os egípcios em Biblos e atacando áreas no Mediterrâneo oriental - estão nas cartas cuneiformes de Amarna, datadas do século XIV a.C. Também existe uma estela celebrando a vitória do faraó Seti I sobre saqueadores vindos das terras a leste do Jordão em 1300 a.C. Esta situação não era nova para o Egito: saqueadores asiáticos ou talvez simples pastores sedentos eram conhecidos no e ao redor do Delta a partir da 6a. dinastia. Os chamados “hapiru” (uma palavra que alguns associam aos “hebreus”, embora tenha um significado mais amplo) e os “hubshu”, exilados sem terras, eram uma preocupação para o Egito, enquanto que mercenários, chamados “mariannu”, tais como os Sherden/Shardana eram normalmente usados no exército egípcio.

Do Egito nós temos três conjuntos importantes de documentos: (a) inscrições e representações pictóricas da batalha de Kadesh (1274 a.C.), especialmente do templo de Abu Simbel; (b) relatos dos ataques dos líbios e seus aliados aos Egito durante o reino de Merneptah (1236-1223 a.C.): a grande Inscrição de Karnak, a Estela Athribis, a Coluna do Cairo, o Hino da Vitória; (c) os relatos do ataque ao Egito por uma coalizão de povos durante o reinado de Ramsés III(1198-1166 a.C.): o Papiro Harris e os relevos do templo tebano de

Medinet Habu. Destas fontes muitos estudiosos derivam seu conhecimento dos “povos do mar”, a despeito da referência à presença de “nortistas vindos de todos os países” (*Hino da Vitória*) viajando com carros, tendas, esposas e crianças, gado, cerâmica etc. De acordo com a inscrição de Karnak, eles eram os Ekwesh, Shekelesh, Teresh/Tursha, Meshwesh, Lukka e Sherden/Shardana, todos sob a liderança do chefe líbio Meryey, filho de Ded. Eles foram repelidos e Meryey foi morto em combate. Enquanto os relevos de Medinet Habu retratam a vitória de Ramsés III sobre os Peleset, Shekelesh, Weshesh, Denyen e Sikala, o Papiro Harris inclui os Sherden/Shardana à lista e afirma que eles chegaram por terra, do norte, e pelo mar. A inscrição de Medinet Habu é a referência clássica a eles:

[87]

Os países estrangeiros fizeram uma conspiração nas suas ilhas. As terras foram removidas e espalhadas no combate, de uma só vez. Nenhum país poderia resistir às suas armas, desde o Hatti, Kode (Kizzuwatna), Carchemish, Yereth (Arzawa) e Yeres (Alashiya). Eles foram cortados. Um acampamento foi montado em Amor (Amurru). Eles desolaram seu povo e sua terra estava como aquilo que nunca havia ocorrido. Eles estava vindo enquanto as chamas eram preparadas antes deles, em direção ao Egito. Sua confederação eram os Peleset, Tjeker, Shekelesh, Denyen e Weshesh, terras unidas. Eles lançaram suas mãos sobre terra de todo o circuito da terra.

[88]

Estas fontes egípcias, além de ajudar-nos a compreender a ideologia e a propaganda faraônica, apresenta-nos interessantes questões que estão finalmente levando a uma compreensão do período conhecido como “a crise do final da Idade do Bronze”. Primeiro de tudo, os Lukka, que são mencionados nas Cartas de Amarna atacando o Egito e sitiando aldeias em Chipre, ficaram do lado dos hititas contra o Egito na Batalha de Qadesh, e não aparecem com aqueles povos que atacaram o Egito sob Merneptah e Ramsés III. Os Sherden, pelo contrário, que lutaram com Ramsés II em Qadesh, atacaram o Egito sob Merneptah e Ramsés III, o que sugere que, ao menos durante estes 200 anos, não existiam alianças claramente desenhadas e de longa duração. Os relevos da Batalha de Qadesh e os relevos de Medinet Habu apresentam uma rica variedade de características individuais dos Povos do Mar, incluindo estilos de cabelo e armamento; **[89]** estudiosos foram capazes de realizar palpites perspicazes sobre

suas afiliações étnicas. Tomando estes dados em consideração, como é possível reconciliar lendas de ferozes invasores do mar com a referência a agricultores desenraizados suas famílias e rebanhos?

Os Arquivos de Ugarit enfatizam o mar, mencionando os “Sikala/S-K-L/Shekels que amam o mar”, e o pedido final de ajuda da cidade para o rei de Alashiya, diante de “7 barcos inimigos se aproximando”. A visão tradicional dos movimentos dos Povos do Mar como sendo uma consequência da destruição dos palácios micênicos do final do século XIII a.C., é ainda amplamente aceita. Eles povos errantes, belicosos e à procura de terras para saquear ou se assentar, são ainda considerados por muitos como reminiscentes do estado de coisas posterior à Guerra de Tróia, nas fontes literárias. Entretanto, fica claro que os Povos do Mar foram um elemento muito importante da ruptura do sistema da Idade do Bronze no Mediterrâneo oriental e foram ainda mais importantes no estabelecimento de uma nova ordem política e econômica que deu origem ao mundo clássico. As razões naturais para o colapso que por muitos é simplesmente chamado de “catástrofe” tem sido exaustivamente discutidas e, atualmente, somente a seca e consequente crise nas colheitas e fome são ainda vistas como fatores importantes para a queda do Império Hitita, mesmo que isso mal explique colapso total de um sistema econômico que ligava estados tão poderosos uns aos outros.

É interessante notar que os estudiosos estão finalmente reconsiderando o modo no qual a história do período foi escrita, antes de abordar a maneira na qual ela aconteceu. Esta reconsideração segue duas linhas paralelas. A primeira simplesmente foca na validade histórica das fontes egípcias, e a segunda discute os modos pelos quais estas fontes foram usadas na historiografia moderna.

Embora ainda tomadas como principal referência por muitos, a validade das fontes egípcias como narrativas verídicas em relação aos Povos do Mar tem sido fortemente contestada, com base na ideia de que Ramsés III visava emular seu famoso homônimo ao reivindicar glórias similares. Estudos recentes alertam para o perigo de usar fontes iconográficas egípcias como documentos “históricos”, desde a fabricação física dos relevos e seu uso nas inscrições da sociedade egípcia durante a invasão napoleônica do Egito em 1798 (sic), e seu uso por de Rougé na criação imaginativa da identidade do que ele chamou de “os povos do Mar Mediterrâneo”, vagamente vistos como dânaos, aqueus, sardenhos,

etruscos, lícios, sicilianos etc, engajados na busca pela Terra Prometida como uma contínua onda de povos conquistadores, foi posteriormente substanciada pelas descobertas arqueológicas de Flinders Petrie e outros. O que é particularmente impressionante é o uso persistente destes modelos explicativos datados e o fato de que, mais de um século depois, sua substituição por novas explicações ainda está na sua infância. Inclusive, durante aproximadamente os últimos dez anos, nós vimos a retomada extraordinária de uma das interpretações vitorianas dos Povos do Mar, aquela de seu papel criativo e “civilizatório”, sugerido pelo escavador de Gezer que viu os filisteus (identificados por ele ao Povo do Mar “Peleset”) como “a única raça culta ou artística que ocupou o solo da Palestina”.

Baseados em pesquisas arqueológicas em Chipre e Israel, estudiosos excepcionais tais como Raban, Mazar, Stager, Moshe e Trude Dothan, “reabilitaram” os Povos do Mar, movendo-os de seu papel como saqueadores nômades para o de construtores de cidades, de “causa” do colapso do sistema da Idade do Bronze para o estímulo e força revitalizadora em um mundo em colapso. O papel construtivo dos Povos do Mar no Levante e sua contribuição para a civilização é fortemente baseada na crença de que a arquitetura *ashlar* [90] (usando pedras aparadas quadrangulares) e artigos Micênicos das fases IIIb e IIIc foram levados para Canaã, via Chipre, por Povos do Mar originados do mar Egeu: os P-L-S, ou Peleset, ou filisteus. Tal hipótese é reforçada pela equação com os filisteus mencionados na Bíblia, entre os quais pode-se encontrar traços observáveis de cultura material egéia. A tradição bíblica registra, também, que Deus trouxe os filisteus de Caphtor (Creta) assim como Ele trouxe os israelitas ao Egito. No mínimo, nós podemos ver aqui uma impressionante evidência para a disrupção causada pelas invasões dos Povos do Mar.

O colapso do sistema da Idade do Bronze como uma reação em cadeia mediterrânica

Existe ao menos uma coisa sobre a qual os estudiosos modernos concordam: o sistema econômico e social da Idade do Bronze, baseado no controle estatal, entrelaçando os grandes e pequenos estados do Mediterrâneo

oriental, colapsou e foi substituído, quase imediatamente, por uma nova ordem social, com o estado recuando em face de uma economia muito mais aberta e empreendedora. A maioria dos estudiosos vê o colapso como resultado de um grande número de circunstâncias – o dismantelamento das civilizações palacianas, ou desastres naturais, ou as invasões dos Povos do Mar, ou mudanças na arte da guerra, ou uma combinação de muitas circunstâncias acima. Entretanto, se interpretarmos estas “razões” como, pelo contrário, o produto do colapso, as questões devem ser formuladas de modo diferente, e começaremos a obter outras e muito surpreendentes conjuntos de respostas. Alguns destes conjuntos procuram explicar o colapso como resultado de fatores internos a estas sociedades, mas aqui nós buscaremos modelos explicativos que vão além dos eventos e que nos ajudem a descrever a estrutura geral na qual eles estavam inseridos. Assim sendo, com base em um espírito crítico à ideia de que o colapso do sistema da Idade do Bronze somente ocorreu devido às suas fraquezas internas, nós tentaremos sugerir onde estas fraquezas residiam e como elas contribuíram para o resultado final.

Em 1977, Pereira de Castro tomou a ruptura dos estados suseranos, há muito tempo responsáveis pelo fluxo do comércio de longa distância controlado pelo estado, como o fator principal do dismantelamento do sistema da Idade do Bronze. Tal ruptura demorou algum tempo para se desenvolver, tendo como um de seus gatilhos a crescente independência das culturas Urnfield no interior da Europa, que passaram de uma estrutura econômica e social de venda de minérios para uma de produção de metais. O primeiro centro a ser afetado teria sido o Egeu, que precisou começar a importar cobre e estanho dos países do Oriente Próximo de modo a dar conta de sua própria produção de metais. O naufrágio do Cabo Gelidonya, partindo para o Egeu com um carregamento completo de estanho e cobre do Levante, ajudaram Pereira de Castro a elaborar esta hipótese. Neste esquema, os estados vassalos da Anatólia ocidental tornaram-se rebeldes e começaram a romper a submissão ao Hatti, apoiados por Ahhiyawa. A ruptura das dependências econômicas teria sido ampliada depois, com a disponibilidade do ferro, a qual teria tornado obsoleto a rede comercial de longa distância que carregava estanho e cobre. Childe acreditava na “democracia” da tecnologia do ferro, disseminando-se rápido e dispensando a organização palaciana necessária para o comércio da Idade do Bronze. Alguns discordaram dele insistindo que a

tecnologia do ferro começou depois do colapso do sistema da Idade do Bronze. Mas além do fato que a ideia de um monopólio hitita da tecnologia do ferro há muito provou-se infundada e de que objetos de ferro podiam ser encontrados no Mediterrâneo oriental já a partir dos séculos XIV e XIII a.C., nós agora temos importantes dados que estabelecem Chipre como um dos principais centros para a produção de ferro no período a presença de ferro fundido em sítios dos Balcãs datados do século XV a.C.

[91,92] Os dados arqueológicos recentes de Chipre deram suporte para uma muito interessante explicação de Sheratt para o fim do sistema da Idade do Bronze: Chipre abrigou comunidades que produziam bronze a partir de sucata, ferro utilitário e cerâmica que era negociada abaixo no nível do comércio da elite ou do comércio controlado pelo estado, deste modo funcionando como um fator subversivo desequilibrando a rede econômica dos grandes impérios e ajudando a leva-los ao colapso final. Operando esta rede econômica subterrânea e subversiva estavam ninguém mais que os chamados Povos do Mar, baseados em chipre, uma ilha, até onde sabemos, sem nenhuma estrutura palaciana. Tal explicação por ser elegantemente amparada por uma das Cartas de Amarna, exatamente aquela em que o faraó reclamava ao rei de Alashiya acerca dos Lukka e dos Alashiyanos atacarem o Egito em conjunto. A isto o rei de Alashiya respondia que não era verdade, pois os Lukka estavam tomando uma cidade alashiyana depois da outra durante os anos anteriores.

Entretanto, embora Pereira de Castro e Sheratt concordem, como o faz a maioria dos estudiosos, com a teoria de que os Povos do Mar vieram de algum lugar da Anatólia ocidental, eles não explicam porque estes povos começaram a se mover. Eu gostaria desse modo de sugerir um olhar mais específico na história do Hatti. É bastante claro que o Império Hitita não poderia extrair riquezas de sua frágil agricultura e do pastoreio. Sua riqueza vinha do comércio - em grande parte como intermediário - e de um incessante processo de conquista: novas terras, novos súditos, novo tributo, uma nova força de trabalho, e novos guerreiros **[93]** para reforçar a rede cultural de expropriação existente. Os *Feitos Reais*, ou memórias, dos principais Grandes Reis hititas (algumas vezes escritos por parte de seu herdeiro) orgulhosamente descrevem tais conquistas, a violenta submissão de terras inimigas ou territórios rebeldes agitados por destruição, pilhagem, incêndio e escravização de homens, mulheres e crianças.

Que seres humanos eram uma mercadoria prestigiosa durante a Idade do Bronze é atestado nos tabletas de Pilos (com sua longa lista de escravas das mais diversas origens mediterrânicas), nos documentos administrativos hititas atribuindo o trabalho nos moinhos a prisioneiros escravizados (cegados especialmente para a tarefa) e as descrições homéricas de ataques cujo principal objetivo era a captura de nativos, como Odisseu fez no Delta do Egito. Entretanto, o que deve ser particularmente enfatizado é a atenção obsessiva aos prisioneiros, fugitivos, deportados e desertores observada em todos os tratados hititas. Eu gostaria de sugerir que a própria construção do Império Hitita produziu, ao longo de 400 anos de guerra endêmica e conquista implacável, uma massa de pessoas desenraizadas, párias desterrados que conseguiram escapar do jugo, provavelmente “vivendo em navios”, como o tablete de Ugarit nos informa a respeito dos Shekels/Shikala, que estabeleceram bases em áreas desertas de Chipre, fora do alcance das estruturas palacianas (os quais, de qualquer modo, não são conhecidos em Chipre), de onde eles produziram seus produtos e negociavam fora da rede oficial, afrouxando laços de vassalagem e reciprocidade, subvertendo e finalmente ajudando a desequilibrar e destruir o sistema antigo.

Se observarmos este período a partir desta nova perspectiva, podemos entender o padrão diferente de destruição e abandono (o Egeu, a maior parte do Hatti, partes da costa Síria, o reino de Ugarit), destruição e reconstrução (partes da costa do Levante, partes de Chipre) e terras intocadas (partes de Chipre, da costa Síria e do sul da Anatólia) como o possível resultado do persistente ressentimento ou laços de amizade dos Povos do Mar com estas regiões, conforme o caso. O simples fato de que Chipre não representa um nível uniforme de destruição e que a Mesopotâmia passou incólume pela catástrofe parece fortalecer esta interpretação. De fato, a Mesopotâmia não tinha minérios de ferro e continuava a depender do comércio de longa distância para obtê-lo. Podemos, desse modo, olhar para Chipre e para a costa do Levante de modo a entender a abertura de uma nova era do ferro, o domínio de mercadores livres baseados em cidades-estados como Tiro, Babilônia e Sídón, mas também espalhados em pequenas aldeias e assentamentos rurais. Estes homens falavamugarita, moabita, hebraico, aramaico e outros dialetos semíticos, e desenvolveram a escrita que é a ancestral do alfabeto moderno. Graças a Heródoto eles entraram para a história como os

fenícios, mas eles chamavam a si mesmos de *Cana'ani*, cananeus. A tradição acadêmica ocidental estava habituada a olhar para a história por trás dos poemas épicos homéricos e falhou em vê-los como parte de um repertório que pertenceu a uma cultura mediterrânica oriental mais ampla. De fato, não apenas Helena mas também Sarah e Hurray foram abduzidas para os palácios do Rei Pbl's em Udume para os palácios do Faraó e da Gerar filistina (*Gênesis* 12.15, 20.2). As três foram recuperadas pelos seus maridos: rei Menelau, rei Abraão e rei Kret.

Não cessamos de nos surpreender o quão pequena era a bacia do Mediterrâneo. Uma das principais figuras do panteão grego clássico era associada à deusa oriental Ishtar/Ashatarte/Ashdoda: asaber, a deusa Afrodite, ligada à fertilidade, protetora dos marinheiros e pescadores, nascida de uma concha, em Chipre, e casa com Hefesto, deus da metalurgia: a multifacetada Deusa Mediterrânica Oriental, o espírito do Mediterrâneo.

[94] O fluxo de impérios, as viagens dos primeiros mercadores aventureiros, a difusão da cultura egípcia e de outras culturas orientais ao longo do Mediterrâneo oriental e, eventualmente, ocidental - estes foram os grandes temas que espantaram observadores desde que Heródoto e Tucídides começaram a escrever suas histórias, e que são também amplamente refletidas no registro arqueológico. Elas foram registradas, em uma extensiva sobreposição de mito e fantasia, nas obras de Homero: o império micênico em seus últimos dias, desperdiçando sua energia no saque de Tróia; as andanças de Odisseu em seu navio pelo Mediterrâneo; enquanto outros ciclos míticos contam as aventuras de Jasão no Mar Negro. Tradições tanto etruscas quanto romanas registram migrações a partir do Oriente; a viagem do troiano Enéias, para o Lácio via Cartago, parece ter sido também apreciada pelos etruscos, enquanto Heródoto menciona como um príncipe lídio, Tirseno, liderou metade de seu povo em uma grande migração para fugir das terras assoladas pela fome, até fundar as cidades tirrênicas da Etrúria. Ainda que os estudiosos há muito duvidem que todos ou algum etrusco tenham sido migrantes do Oriente, o que é importante aqui é a poderosa consciência que a Idade do Bronze chegou ao fim com um movimento populacional de larga escala. Centros de cultura avançada como a civilização nurágica na Sardenha entraram em declínio; Creta, há tempos a casa de força da civilização minóica e depois da primeira civilização grega, a dos micênicos, entrou em declínio, seja devido às erupções vulcânicas do Egeu ou a crises econômicas e

políticas internas e externas. O final do II milênio foi registrado em textos egípcios como a era dos Povos do Mar, cujos nomes estranhamente remetem aos nomes de territórios e povos no Mediterrâneo posterior: os Shardana, que alguns conectaram à Sardenha, os Tursha, que podem ser conectados aos habitantes tirrenos do Egeu (que serão novamente tratados no próximo capítulo), os Peleshet, cujo nome remete aos filisteus e aos “pelasgos”, um termo usado pelos escritores gregos do período clássico como um termo guarda-chuva para descrever os antigos povos não-gregos na região do Egeu. Existiram certamente povos não-gregos no Egeu no período clássico, como uma famosa inscrição do século VI a.C. em Lemnos, em uma língua relacionada à língua etrusca, mas aparentemente [97] diferente dela, revela: a única evidência de que a língua etrusca tinha parentes entre as línguas do Mediterrâneo antigo. De fato, não devemos nos surpreender ao descobrir que o Mediterrâneo continha uma multidão de ramos étnicos e linguísticos, produto de séculos de migração, guerra, reassentamento e peregrinação a santuários religiosos. Ainda era assim que se apresentava nas épocas medieval e moderna; homogeneidade étnica e linguística chegou tarde, se foi mesmo hoje alcançada.

Uma migração gerou pouco impacto nos escritores de inscrições oficiais no Egito e nas terras vizinhas, mas estava destinada a ter um impacto muito maior na civilização do Mediterrâneo e do mundo todo do que o movimento atribuído aos filisteus, tirrênios e outros: a chegada dos israelistas à terra de Canaã. A pesquisa recente tende a tratar as histórias da Bíblia mais como literatura do que como história, e o registro arqueológico não é capaz de demonstrar exatamente onde Abraão, Moisés e os heróis bíblicos andaram. Por volta da Idade do Ferro, entretanto, os habitantes semitas das terras altas de Canaã de fato identificavam a si mesmos às 12 tribos que escaparam da escravidão na terra do Egito, com ajuda do único Deus verdadeiro que foi o criador do universo. Novamente, existe muito debate acerca de quando os israelitas começaram a pensar que este Deus específico era o único Deus no universo, embora lendas antigas de Elijah e outros profetas eram certamente contundentes acerca de falsos deuses, de um modo que dificilmente sugere qualquer crença de que eles existiam. O debate também é levantado acerca de quão verdadeiramente importante eram os reinos estabelecidos por estas tribos: os textos bíblicos sem dúvida exageram o tamanho do reino de Davi, para o relato do conflito cotidiano entre israelitas que

empunhavam bronze e invasores filisteus que empunhavam ferro, enquanto egípcios, assírios e outros grandes impérios tentaram estabelecer domínio sobre a região, são suficientemente reais. Assim como são os relatos de diversos centros de culto, tal como o de Shiloh, e das tentativas de centralizar o culto de Deus no novo santuário de Jerusalém por volta de 1000 a.C. Isto foi acompanhado pela emergência de uma elite letrada, que adaptou o alfabeto fenício; por volta da época do exílio babilônico em 586 a.C. o profeta Jeremias e o escriba Baruque eram ativos na compilação e agrupamento de tradições e leis dos hebreus. Embora a tradição religiosa atribua os primeiros cinco livros da Bíblia a Moisés, que teria os recebido de Deus, uma esmagadora tendência da pesquisa moderna, tanto judaica quanto cristã, tem sido vê-los como compilações tardias, reunidas a partir de uma variedade de tradições sacerdotais, e finalmente editada pelo escriba Ezra no final do século VI a.C. quando os judeus (como eles seriam então chamados) retornaram a sua terra após uma breve mas dolorosa estadia nas águas da Babilônia. A terra que os israelitas habitavam oferecia meios de subsistência para cultivadores de trigo e cevada e para pastores de ovelhas e cabras; seus vestígios materiais, exceto por ocasionais itens de luxo que devem ter agraciado uma corte principesca, sugerem que esta era uma terra onde a vida era vivida de modo simples. O que era produzido eram ideias religiosos e sociais, não artefatos de luxo. Embora alguns dos temas morais presentes na literatura hebraica antiga tenha pontos em comum com as culturas vizinhas (foram feitas comparações entre o Código de Hamurabi da Babilônia e os códigos legais do Pentateuco), a dupla ênfase no serviço para um Deus e nas ordens de Deus para a vivência de uma vida ética não tinham precedentes.

Assim, jogada entre Egito, Assíria e Babilônia, a religião hebraica e inclusive o povo judeu foram forjados no cadinho do Mediterrâneo oriental. Embora os hebreus procurassem rejeitar o Egito faraônico e as tentações da Babilônia, suas experiências no Egito e na Mesopotâmia estão na raiz das experiências que os levaram a ver ação da mão de Deus na história.

Leitura complementar

2. The first trading empires: prehistory to c.1000 BC

This chapter owes much to the teaching of Professor Paulo Pereira de Castro thirty years ago at the Department of History, University of São Paulo, in Brazil, and the notes of F.Murari Pires which are accessible on the World Wide Web (www.usp.dh/heros).

ON EUROPEAN AND MEDITERRANEAN PRE-HISTORY:

L. Cavalli-Sforza and others, *The History and Geography of Human genes* (Princeton, NJ, 2001).

J.G.D. Clark, *Prehistoric Europe: the economic basis* (London, 1952).

D.H. Trump, *The Prehistory of the Mediterranean* (London, 1981).

V. Gordon Childe, *The Bronze Age* (London, 1943.)

R. Leighton, *Sicily before History. An archaeological survey from the Palaeolithic to the Iron Age.* (London, 1999).

J.D. Evans, *The Prehistoric Antiquities of the Maltese Islands.* (London, 1971).

SOME IMPORTANT COLLECTIONS OF ARTICLES:

E.D. Oren (ed.), *The Sea Peoples and their World: a reassessment.* (University Museum Monograph 108. Philadelphia, 2000), articles by L. Vagnetti, P. Betancourt, D. O'Connor, Silberman, I. Singer, P. Machinist, etc.

J. Sasson, (ed.), *Civilisations of the Ancient Near East* (New York, 1995), 3 vols., articles by H.G. Jansen, G.F. Bass, T. Dothan, M.L. West, A.B. Knapp, etc.

S. Gitin, A. Mazar, E. Stern (eds.), *Mediterranean Peoples in transition: 13th to early 10th century B.C.E.* (Israel Exploration Society, Jerusalem, 1998), articles by Bunimovitz, Sherratt, etc..

THE WESTERN MEDITERRANEAN AND THE AEGEAN:

R.R. Holloway, *Italy and the Aegean 3000-700 BC.* (Louvain la Neuve & Providence, RI, 1981).

V. Karageorgis, 'Cyprus and the Western Mediterranean : some new evidence for interrelations', in J.B. Carter (ed.), *The Ages of Homer* (Austin, TX, 1995).

THE BRONZE AGE AEGEAN:

E. Cline, *Sailing the dark wine sea: international trade*

and the Late Bronze Age Aegean (Oxford, 1994).

O. Dickinson, *The Aegean Bronze Age* (Cambridge, 1994).

J.M.C. Driessen, *The troubled island: Minoan Crete before and after the Santorini eruption* (Liège, 1997).

A.M. Sestieri, 'The Mycenaean connection and its impact on the central Mediterranean societies', in *Dialoghi d'Archeologia* (terza serie, anno 6, n. 1), pp. 23-52.

TROY AND THE TROJAN WAR:

T. Bryce, 'The Trojan War in its Near Eastern Context.', *Journal of Ancient Civilizations*, vol. 6 (1991), pp. 2-21.

L. Foxhall and J. Davies, *The Trojan war, its history and context*, (Bristol, 1984).

M. Wood, *In search of the Trojan war* (London, 1996).

BRONZE AGE SEAFARING AND SEAMANSHIP:

R.E. Gardiner, *The Age of the galley: Mediterranean oared vessels since pre-classical times* (London, 1995).

S. Wachsmann, *Seagoing ships and seamanship in the Bronze Age Levant* (London, 1998).

ON THE HITTITES:

T. Bryce, *The Kingdom of the Hittites*, (Oxford, 1998).

J.G. MacQueen, *The Hittites and their contemporaries in Asia Minor*, London, 1996).

H.A. Hoffner, Jr, ed., *Perspectives on Hittite Civilisation: selected writings of Hans Gustav Güterbock*, *Assyriological Studies* (Chicago, 1997).

H.A. Hoffner, Jr, 'New Directions in the study of Anatolian texts,' in K.A. Yener and H.A. Hoffner, Jr (eds.), *New Perspectives in Hittite Archaeology and History* (Winona Lake, IN, 2002).

K.A. Yener and H.A. Hoffner, Jr (eds.), *Recent Developments in Hittite Archaeology and History. Papers in Memory of Hans G. Güterbock* (Winona Lake, IN, 2002).

ON THE AHHIYAWAN QUESTION:

- Hans G. Güterbock, 'The Hittites and the Aegean world: part I. The Ahhiyawa problem reconsidered,' *American Journal of Archaeology* 87 (1981), pp. 133-138.
- Hans G. Güterbock, 'A New look at one Ahhiyawa text,' in H.A. Hoffner (ed.), *Hittite and other Anatolian and Near Eastern Studies in honour of S.Alp* (Ankara, 1992).
- M. Marazzi, 'La 'misteriosa' terra di Ahhijawa', in M. Marazzi (ed.), *Società Micenea* (Rome, 1994), pp. 323-336.

ON THE SEA PEOPLES (see also the book edited by Oren above):

- R.D. Barnett, 'The Sea Peoples', *Cambridge Ancient History*, vol. 2 (Cambridge, 1975), part 2.
- B. Cifola, 'The Role of the Sea Peoples at the end of the Late Bronze Age: a reassessment of textual and archaeological evidence', *Orientalis Antiqui Miscellanea*, vol. 1 (1994), pp. 1-21.
- W. Dever, 'The Late Bronze Age-Early Iron I Horizon in Syria-Palestine: Egyptians, Canaanites, Sea Peoples and Proto-Israelites', in W.J. Ward (ed.), *The Crisis Years* (Dubuque, 1992), pp. 99-110.
- O. Margalith, *The Sea Peoples in the Bible* (Wiesbaden, 1994).
- A. Raban and R. Stieglitz, 'The Sea Peoples and their contribution to civilization', *Biblical Archaeological Review* vol. 17, part 6 (1991).

N.K. Sandars, *The Sea Peoples. Warriors of the Ancient Mediterranean*. (London, 1978).

I. Singer, 'The Origin of the Sea Peoples and their settlement on the coast of Canaan', in M.L. Heltzer (ed.), *Society and economy in the eastern Mediterranean* (Leuven, 1998), pp. 239-250.

ON THE COLLAPSE OF THE BRONZE AGE SYSTEM:

R. Drews, *The end of the Bronze Age: changes in warfare and the catastrophe ca. 1200 BC*. (Princeton, NJ, 1993).

M.L. Heltzer and Lipinsky, E. (eds.), *Society and economy in the Eastern Mediterranean (c. 1500-1000 BC.)* (Leuven, 1998), pp. 251-260.

S. Sherratt, 'Circulation of metal and the end of the Bronze Age in the Eastern Mediterranean,' in C.F. Pare (ed.), *Metals make the World go round* (Oxford, 2000), pp.82-98.

C.S. Mathers (ed.), *Development and Decline in the Mediterranean Bronze Age*. (Sheffield, 1994).

ON THE PHILISTINES:

J.F., Brug, 1985, *A Literary and archaeological study of the Philistines* (BAR International Series 265, Oxford, 1985).

I. Singer, 'Egyptians, Canaanites and Philistines in the period of the emergence of Israel,' in I. Finkelstein & N. Na'aman (eds.), *From Nomadism to Monarchy*, (Jerusalem, 1994), pp.282-338.

C.S. Ehrlich, *The Philistines in Transition: a history from ca. 1000-730 B.C.E.* (Leiden, 1996).

R.A. Macalister, *The Philistines, their history and civilization* (Oxford, 1914).

ON THE IMPORTANCE OF CYPRUS see the article by N.P. Lemche in Sasson's volume [above] and:

A.M. Snodgrass, 'Cyprus and the beginning of Iron technology in the Eastern Mediterranean,' in J.D.M. Muhly (ed.), *Early Metallurgy in Cyprus: 4000-500 BC* (Nicosia, 1982), pp. 285-324.

AND FINALLY ON THE ROLE OF RELIGION:

L.E. Roller, *In Search of God the Mother: the cult of the Anatolian Cybele* (Berkeley, CA, 1999).